

O MAIS FÁCIL E O MAIS DIFÍCIL: A EXPERIÊNCIA E O INÍCIO DA FILOSOFIA *

HOMERO SANTIAGO **

O início do filosofar é uma dificuldade que, até certo ponto, paira sobre toda filosofia. A atitude filosófica parece caracterizar-se mais como o resultado de um processo, o renovado posicionamento surgido de um processo de conversão, que o estalo miraculoso que num átimo nos arremete à sabedoria. Filosofar não é ceder ao fácil, ao imediato, ao dado; pelo contrário, é justamente defrontar, contornar e escapar ao dado, ao imediato, ao fácil. Nesse sentido filosofar é tão difícil.

No espinosismo a coisa não se passa de outra forma, senão que a dificuldade aguça-se. Tendo em mente textos como o prefácio do TRATADO TEOLÓGICO-POLÍTICO e o apêndice da ÉTICA I, é cabível afirmar que nesse sistema a regra, longe de ser a filosofia, é o seu oposto, o medo e a superstição. Há causas que determinam filosofar, há causas que determinam não filosofar. No entanto, mesmo que nonexo infinito de causas nunca saibamos o que leva uma pessoa à filosofia, as causas do não filosofar parecem predominantes: os homens tendem naturalmente ao preconceito, vivem com medo e em servidão; é pouco freqüente se guiarem pela razão. Não filosofar é a regra – e Espinosa provavelmente sabia disso. Não há indício maior que o final da ÉTICA. Esse monumento da filosofia encerra-se pelo reconhecimento do problema da filosofia, afirma que tem solução, mas a dá como insólita, sem exprimir grandes esperanças: “todas as coisas notáveis são tão difíceis quanto raras.”¹

Entretanto, seja como for, resta a certeza de que há homens que filosofam. Há o próprio Espinosa, cuja iniciação é narrada ao início do Tratado da emenda do intelecto em algumas páginas célebres de que me permito retomar as primeiras linhas, a fim de propor uma breve reflexão.

Depois que a experiência me ensinou que tudo que freqüentemente ocorre na vida comum é vão e fútil, como via que tudo que me provocava temor e que eu temia não tinha em si nada de bom nem de mau, a não ser na medida em que o ânimo era comovido por isso, decidi (*constitui*) finalmente indagar se existia algo que fosse um bem verdadeiro [...]²

Podemos discernir aí pelo menos três momentos, dos quais dois são claramente tematizados pelo TRATADO: o do processo de decisão (entre o ensinamento da experiência e o decidir-se), o da indagação pelo bem verdadeiro (na seqüência do decidir-se). Há um outro momento, porém, um momento primeiro que condiciona e possibilita o percurso mas que não é versado pela obra. É precisamente dele que eu gostaria de tratar. Repito: “depois que a experiência me ensinou [...]” Houve um ensinamento, tal ensinamento tem um “depois”, logo deve ter um “antes”. Qual é esse “antes” e como se liga ao “depois”? Noutros termos, quais são as condições de possibilidade não tanto do algo pelo que Espinosa se decide, mas do próprio processo de questionamento que culmina na decisão? A resposta, creio, só pode advir da noção de experiência e da compreensão de seu efeito, responsável por exercer a função de termo médio entre um antes (a vida comum) e um depois (a vida que se questiona) e, assim, no seio da vida ordinária, abrir a possibilidade de algo novo.

Começamos então vendo o que se pode discernir dessa experiência a partir das linhas iniciais do TRATADO. A decisão a que chega Espinosa é indagar por um “bem verdadeiro”. Ora, o que permite a uma pessoa perguntar-se por um bem *verdadeiro*? Fundamentalmente a desconfiança de que os bens (e também os males) que lhe foram propostos sejam

* Este texto foi apresentado no CUARTO COLOQUIO INTERNACIONAL SPINOZA, realizado em Valle Hermoso, Argentina, entre 24 e 27 de outubro de 2007.

** Professor do DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP.

¹ ÉTICA, V, prop. 42, esc.

² TRATADO DA EMENDA DO INTELECTO, §1. É natural que este texto, redigido na primeira pessoa do singular, de imediato ponha a questão de seu teor autobiográfico; por isso é bom desde logo advertir que esse ponto controverso (e que cremos sem solução conclusiva) não nos ocupará.

incertos. Ao ensinar o vazio por trás das idéias de bem e mal, que “não se dizem senão relativamente”³, a experiência nos leva a suspeitar da escala de valores da “vida comum”, aquela a que somos todos apresentados tão logo nos damos por gente. Nesse sentido, tratamos de uma experiência da desconfiança que põe em suspensão as certezas da vida comum; não é de admirar que o efeito do ensinamento seja uma certeza da incerteza.

Esse primeiro traço característico da experiência (a desconfiança) nos conduz a outro, talvez até mais primordial: o fato de que falamos de uma experiência da decepção. Os bens da vida comum, quando nos são apresentados, envolvem uma promessa e nos propõe um pacto: se acedermos a eles, eles nos trarão algo. Como sabemos pelo TRATADO, porém, a certeza da vanidade e futilidade do que ocorre na vida comum deve-se à experiência de que tal vida não cumpre suas promessas. Ou seja, seus bens tornam-se incertos porque deles desconfiamos, e deles desconfiamos porque se mostraram decepcionantes.

Decepção e desconfiança – articulados são esses elementos dão forma a um tipo determinado de experiência que, ao abalar o sistema da vida comum em que estamos inseridos desde o nascimento, abre um campo de novas possibilidades, em especial a possibilidade de uma nova vida.

Mas como isso se dá exatamente? Que tipo de experiência é essa? Reitero que todo o TRATADO DA EMENDA toma por base essa experiência sem chegar a tematizá-la, deixando-a apenas como um dado prévio, um aquém. É por essa razão que vou propor aqui um desvio por um texto que, penso, ilumina bastante essa experiência do início do TRATADO. Trata-se do já mencionado apêndice da primeira parte da ÉTICA, que também nos apresenta a um tipo muito particular de experiência.

O objetivo do apêndice é denunciar os preconceitos que impedem a compreensão do “De Deus”. O texto, porém, não toma a forma de um longo tratamento dos vários preconceitos; a estratégia de Espinosa é a análise detida de um “único” preconceito, aquele a que os demais são redutíveis e que podemos denominar preconceito finalista⁴. Será preciso

compreender a gênese de tal preconceito e como ele se transforma em superstição.

Para tanto, Espinosa parte de um dado fundamental e universal que remete à condição humana: “todos os homens nascem ignorantes das causas das coisas e todos têm o apetite de buscar o que lhes é útil, sendo disto conscientes.” A seqüência é um percurso dedutivo cerrado, dando a ver como de sua situação originária os homens chegam, naturalmente, ao preconceito e deste à superstição. Eis um aspecto genial do texto. Assistimos à gênese de um sistema, uma estrutura (Espinosa usa a palavra latina *fabrica*) que é também um sistema de vida dotado de valores, deveres e penas para os homens, explicações para o mundo, sua origem, seu funcionamento, seu fim.

Tudo isso ocorre com tal naturalidade e necessidade a partir da condição originária dos homens que nos fica a impressão de que nunca se poderia escapar a tal estrutura, senão por um milagre. Todos os homens, frisemos a dura assertiva de Espinosa, “são por natureza propensos a abraçar o preconceito”; nesse sentido, surrupiar-se à superstição seria um pouco como ir contra a natureza. Desde que a superstição se instala, parece tornar-se destino, uma fatalidade.

Entretanto, acompanhando os desdobramentos do apêndice, descobrimos que o filósofo não deixa de sugerir que há sim possibilidade de escapar ao sistema da vida finalista. E isso é possível, por assim dizer, *de dentro*; não por um miraculoso despertar racional, mas pela própria experiência de vida. É um ponto que merece toda nossa atenção.

Estamos no âmago do finalismo. Quer dizer: concluiu-se que o mundo foi criado por um Deus que dispôs tudo em benefício dos homens a fim de que estes lhe prestassem honras, culto e obediência. É nosso dever, e daí uma espécie de código: quem louva e obedece ao dirigente da natureza é beneficiado, caso contrário, castigado; quanto mais culto e obediência, mais benefícios, quanto menos culto e obediência, mais castigos. Ora, os homens poderiam ser felizes seguindo tais prescrições, não fosse a desgraceira de que o mundo teima em contradizer as certezas propostas pelos finalismo. “Vê a que ponto chegaram as coisas”, exclama Espinosa, os deuses e a natureza deliram. O delírio é a demonstração cotidiana de que os males estão por toda parte e atingem indistintamente os ímpios e os homens mais piedosos; ademais, o fato de os bens serem angariados pelos ímpios e mais vis dentre os homens. Em suma, todo dia a experiência sugere a incoerência do finalismo e de suas explicações para o

³ TRATADO DA EMENDA DO INTELLECTO, §12.

⁴ “Os homens comumente supõem as coisas naturais agirem, como eles próprios, em vista de um fim; mais ainda, dão por assentado que o próprio Deus dirige todas as coisas para algum fim certo: dizem, com efeito, que Deus fez tudo em vista do homem, e o homem, por sua vez, para que o cultuasse.” Doravante, todas as citações provêm do apêndice da ÉTICA I.

mundo; todo dia, vai afirmar nosso filósofo, *a experiência protesta*.

É embora a experiência todo dia protestasse e mostrasse com infinitos exemplos o cômodo e o incômodo sobrevirem igual e indistintamente aos pios e aos ímpios, nem por isso [os homens] largaram o arraigado preconceito; com efeito, foilhes *mais fácil* pôr esses acontecimentos entre outras coisas incógnitas, cujo uso ignoravam, e assim manter seu estado presente e inato de ignorância, *em vez de destruir toda essa estrutura e excogitar uma nova*. Donde darem por assentado que os juízos dos Deuses de longe ultrapassam a compreensão humana. (grifos nossos)

O protesto da experiência produz certo abalo, chacoalhão na estrutura que pode levar a desconfiar do finalismo como sistema explicativo e, por extensão, pode conduzir a algo novo. Esse movimento se insinua no apêndice mas sem boa consecução. Ali, o protesto da experiência não leva a lugar nenhum ou, pior, só ao aprofundamento da superstição com o aparecimento da idéia de que os fins divinos são insondáveis; Deus escreve certo por linhas tortas, se não logramos ler aí o belo plano que se realiza e só vemos incoerências, o problema é nosso. É isso que se passa. Porém, na contramão dessa saída “mais fácil”, mais natural, cumpre salientar o lampejo de uma alternativa; algo mais difícil, sim, mas possível: “destruir toda essa estrutura e excogitar uma nova”. É um momento de neutralização das certezas e em que *é necessário fazer algo*, pois se ergue um problema vital.

O surgimento da experiência, que exige fazer algo, não ocasiona um despertar filosófico em meio ao preconceito. Não. Trata-se de um fato corriqueiro que produz uma desconfiança e mesmo uma desesperança quase banais, bem humanas, *a partir do interior do próprio preconceito*. É a descrença que vai se insinuando numa pessoa cumpridora de seus deveres religiosos que, todavia, não tem suas promessas atendidas e experimenta uma vida de agruras e misérias; o desespero do homem piedoso em face de uma tragédia repentina que lhe testa as convicções. Os revezes da fortuna, não raramente, amolecem os ânimos mais tenazes, frustrando sem dó todas as expectativas: faz-se tudo certo, e mesmo assim tudo dá errado. Duvidar, numa situação como essa, é absolutamente humano; decepção que pode ser sintetizada na indagação de Jesus crucificado: “Deus meu, Deus meu, por que me abandonaste?”

Pois quando nos sentimos abandonados e nossas certezas de vida se enfraquecem, algo precisa ser feito em busca de um reequilíbrio. No caso do apêndice, o que se faz é lançar mão da idéia de que os fins de Deus são insondáveis. Sendo o finalismo um sistema que explica o real, o que se tem de fazer é, por assim dizer, salvar os fenômenos, e para tanto se introduz a cláusula *ad hoc* da insondabilidade da vontade divina. A decepção, contudo, a mesma desconfiança relativamente aos códigos e valores do finalismo, também pode nos levar noutras direções; no limite, mais difícil e raro, pode conduzir à destruição desse modo de vida finalista e – por que não? – à tentativa de forjar um novo modo de vida, indagando inclusive por um bem verdadeiro diferente daquele que se mostrou um engodo. Essa via não é trilhada no apêndice, mas ela surge inquestionavelmente como uma *possibilidade*. O sistema da superstição é coeso, monádico; mas a experiência que protesta abre uma fissura, isto é, um estado em que se tem de fazer algo, portanto também um campo de possibilidades; as respostas possíveis ao imperativo são muitas, mas o importante é que são – ainda que não igualmente – possíveis. É necessário sublinhar que entre aprofundar a estrutura supersticiosa e excogitar uma nova, a questão se põe entre o *mais fácil* e o *mais difícil*, não entre o possível e o impossível. Sem dúvida há determinação, não porém fatalismo. Somos “por natureza propensos” a restar na velha estrutura, e evidentemente é mais fácil apenas ceder a tal propensão; mas não é impossível, ainda que difícil, afastar-nos dessa natureza preconceituosa e forjar algo novo.

Pergunto: uma experiência como essa descrita no apêndice não pode iluminar a experiência do início do TRATADO DA EMENDA DO INTELECTO? Creio que sim.

Na seqüência do trecho de que tratamos, o apêndice nos afirma que, em razão do finalismo, a verdade escaparia para sempre aos homens não fosse a matemática ter trazido uma “outra norma de verdade”; por isso é comum ouvir que o caminho da filosofia, no espinosismo, só se pode dar pela matemática. Contudo, é preciso não esquecer a continuação da frase: “e além da matemática, também outras causas podem ser apontadas (que aqui é supérfluo enumerar), as quais puderam fazer que os homens abrissem os olhos para esses preconceitos comuns e se dirigissem ao verdadeiro conhecimento das coisas.” Talvez seja impossível conferir precisão a esse genérico “outras causas”, mas tampouco é esse o

nosso propósito; desejamos apenas incluir aí, entre essas “outras causas”, a experiência que abre o TRATADO DA EMENDA DO INTELECTO.

A experiência que ensina a vanidade e futilidade das coisas, no TRATADO DA EMENDA, é como a experiência que contradiz a “fábrica” ou o sistema da superstição, no apêndice. É difícil dizer que a experiência ensine uma norma de verdade (como a matemática), mas tanto no apêndice quanto no TRATADO importa é que ela nos force a “abrir os olhos” para a incoerência e quiçá a falsidade do sistema em que estamos e no qual acreditamos; por um motivo muito simples (e não por uma razão filosófica): porque ele não dá conta, enquanto sistema, da própria experiência cotidiana, ou seja, a superstição falha, os ímpios são felizes, os piedosos são desgraçados, os “bens” levam à infelicidade, tudo é vão e fútil, etc. Esse descompasso perturba, faz duvidar, suspeitar e, no limite, abre a possibilidade de se perguntar por algo novo. Um abalo (mais ou menos violento) na estrutura a que nos encontramos presos (e a conseqüente incerteza quanto ao futuro no interior dela) acarreta um desprendimento paulatino com relação a tal estrutura, que no TRATADO DA EMENDA tem o nome de “vida comum”. É desprendendo-nos da vida comum e de seus grilhões que podemos abrir os olhos e, ao menos, pensar algo novo. No apêndice se falava em “excogitar uma nova estrutura”; e não será por acaso que no início do TRATADO DA EMENDA encontremos, reiteradamente, a idéia de estabelecer um novo modo de vida, uma *nova vida* – a fórmula *novum institutum* se repete nada menos que quatro vezes só nos onze primeiros parágrafos (uma no §3, duas no §6, uma no §11).

A experiência abre nossos olhos e nos defrontamos com uma tarefa, um problema vital a que é necessário responder. A resposta pode ser um aprofundamento das estruturas da vida comum, pode ser uma não-resposta (“deixa rolar!”), pode ser a mais difícil, quer dizer, instituir uma nova vida. O grau de dificuldade dessa ruptura, talvez a mais radical dentre as possíveis, pode ser medida pela formidável análise que Espinosa empreende de seu próprio processo de decisão, o tempo que vai entre o ensinamento da experiência e o “decidi finalmente”. Trata-se, de fato, de uma questão séria a que somos algo violentamente lançados e que defrontamos com um ânimo já alquebrado pela decepção.

Para concluir, quero apenas retomar algo de nosso início vinculando-o a essa seriedade. Se a questão

do começo da filosofia no espinosismo é tão difícil, é porque é um problema sério, um problema de vida. E justamente é significativo que assim o seja, pois o problema da decisão pelo mais difícil só existe quando tal decisão não pode se amparar nas ilusões de uma vontade livre que se exerceria por pequenos milagres filosóficos (Descartes, que após um sonho decide mudar o mundo do saber). A decisão pelo mais difícil em Espinosa, ao contrário, deve ser conquistada em uma verdadeira luta contra nossas propensões naturais; a filosofia não surge como o desdobramento de uma vocação ou o resultado de uma harmonia espiritual; ela é uma experiência de auto-afirmação duramente conquistada às fissuras de um sistema de vida danificado. Não espanta, pois, que seja tão difícil. Ao fim e ao cabo, a questão da filosofia remete à intrincada questão: o que fazer de nós mesmos e de nossa vida? Uma das respostas possíveis, talvez a mais difícil e rara, é filosofar.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Spinoza Opera. Im Auftrag der Heidelberger Akademie der Wissenschaften herausgegeben von Carl Gebhardt. Heidelberg: Carl Winter, 1925; 2. Auflage 1972, v. 2.

